



à sobrecarga e acumulação de funções. Soma-se a esses dois polos um terceiro, o político, que também participa do debate, seja para limitar ou autorizar mudanças nas atuações profissionais regulamentadas, ou até agindo por omissão, ao não se posicionar sobre as questões.

O caso do radialismo e do radialista é exemplar deste cenário. O curso que forma esse profissional teve sua nomenclatura alterada, em muitas instituições de ensino, em decorrência da digitalização e da convergência. Passou a incorporar, além do Rádio e da TV, a Internet em sua titulação. A legislação da profissão também sofreu alterações recentes de modo a contemplar a multifuncionalidade que deriva dos processos de digitalização das emissoras de radiodifusão<sup>1</sup>.

É diante desse cenário que se destaca a importância e a necessidade do debate apresentado no livro *Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e processo pedagógico*, fruto da tese de doutorado de Norma Meireles. Ao questionar qual o perfil do curso de bacharelado em Radialismo, a autora coloca em evidência a necessidade de se pensar, a partir de uma investigação sobre o ensino, tendo como objeto de análise os projetos pedagógicos de curso (PPCs), o próprio campo do radialismo (e da comunicação). Que área é essa? Quem é esse profissional? Qual a sua identidade?

Perguntas necessárias para as quais a pesquisadora aponta, desde o início, não haver respostas simples ou objetivas. Parte-se da hipótese, posteriormente confirmada, de que o perfil do curso é heterogêneo e se encontra em transformação. Resultado que reforça e consolida a importância do debate travado no decorrer do livro e destaca também a importância do próprio caminho percorrido para a elaboração do trabalho.

Seu percurso tem início em uma necessária revisão histórica das delimitações do campo do radialismo, da atuação profissional do radialista e da constituição dos cursos que formam esses profissionais. Com base nos Estudos Culturais da Educação e da Comunicação, Norma posiciona a profissão e sua formação como espaço de disputa que envolve agentes e forças políticas, mercadológicas e acadêmicas. Ela identifica, em raízes e traços históricos dessas disputas, a partir de uma pesquisa documental, evidências que permitem melhor analisar o campo de atuação e a formação profissional do radialista.

Uma vez que a profissão surge na prática antes mesmo de ser reconhecida e ter a ela associada uma formação específica, a autora inicia com a discussão do campo

---

<sup>1</sup> Argumento apresentado na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13424.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13424.htm#art7)

profissional. Destaca-se inicialmente, desde a partida, como o termo se mostrou amplo e difuso. O termo radialista é empregado para se referir a, basicamente, qualquer profissional do rádio, e posteriormente, da televisão (que é incorporada ao campo de atuação sem revisão de nomenclatura) de forma quase indistinta.

A autora discute, no entanto, que mesmo que todos possam ser chamados radialistas, o exercício de algumas funções, como a locução de programas noticiosos, passa a ser reclamada por categorias de formação própria. A noção generalista e aberta da profissão passa a ser disputada. O método de investigação documental permite identificar como essas disputas se estabilizam nas resoluções e decretos que regulamentam o exercício das profissões e funções.

No caso do radialismo, a regulamentação, muito posterior à presença e atuação do profissional no mercado, além de não entrar na disputa por espaços como os citados acima, em certa medida, mantém a indefinição sobre a identidade do radialista. São previstas uma série de denominações em setores distintos da administração, produção e técnica de empresas de radiodifusão e outras, como produtor, diretor e sonoplasta, por exemplo, em detrimento de uma identificação comum e consolidada.

O trabalho, ao abordar além dos textos reguladores, questões e cenários políticos e mercadológicos em disputa que contextualizam as leis e normas da área, coloca em discussão ainda como a própria competência para realizar a formação do profissional se encontra em disputa. Isso porque o registro do profissional, prescinde da formação específica em nível de bacharelado. O registro profissional do radialista pode ser obtido, também, a partir de formação técnica ou, até mesmo, de atestado de competências emitido por empresas de comunicação e radiodifusão, interessadas diretas na qualificação (ou não) do profissional em questão.

Mesmo quando a investigação se debruça especificamente sobre a formação em nível superior, vê-se que a heterogeneidade se mantém marcada no campo. A pesquisa registra e discute as mudanças de nomenclatura do curso, que não são recentes, nem tampouco fruto exclusivamente do atual cenário da comunicação. O curso, que surge como habilitação polivalente da formação em comunicação social, pode ser encontrado posteriormente como habilitação ou bacharelado independente, sob títulos como Radialismo, Rádio e TV, Rádio, TV e Internet, entre tantos outros. Uma diversidade que, mesmo após propostas de convergência pelo Ministério da Educação, permite que cada curso apresente uma formatação específica.

Essa questão, mais uma vez, aponta para uma diferença que marca o Radialismo em relação a outros cursos da área que, mesmo quando considerados habilitações da comunicação social, mantiveram nomenclaturas estáveis, como Cinema, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. A autora também discute a ausência e a omissão do poder público na definição de diretrizes nacionais curriculares para os cursos de radialismo, de modo que possam, além de nomenclatura única, encontrar uma unidade de formação que melhor defina o profissional. A formação no ensino superior segue, até hoje, um perfil duplo, em que se consideram, a um só tempo, o campo mais amplo e geral da comunicação social e as especificidades do radialismo.

A autora, então, identifica o radialista como um *outsider*, um profissional cuja identidade se encontra instável e em posição desigual em relação às demais, consolidadas em suas áreas, mercados e formações. Essa posição de *outsider* se intensifica, também internamente, devido à disputa pela definição da profissão como técnica ou intelectual. A pesquisa se dedica, então, a tentar posicionar o radialista como um agente da cultura e delimitar ou identificar seu espaço no campo da comunicação.

Diante de tantas problemáticas que se somam à questão, a escolha de Norma em analisar os Projetos Pedagógicos de Curso se justifica, não apenas pelo seu ineditismo louvável, mas também pela identificação desses documentos como sendo, eles próprios, espaços em que se registram local e historicamente, essas disputas. São, cada um deles, um microcosmo das relações de poder entre agentes políticos, de mercado e acadêmicos e carregam em si, um registro situacional e, ao mesmo tempo, um projeto de construção ou transformação desse cenário que identificam e a partir do qual são formatados.

Mais uma vez, o processo percorrido pela pesquisadora e compartilhado no livro merece destaque. Os caminhos e percalços da coleta de dados, que, em princípio, deveriam ser públicos, denotam uma situação importante no debate sobre a formação superior no país (neste caso, não apenas no campo do radialismo): a dificuldade de acessar informações oficiais de maneira sistematizada. Mas ainda que o corpus não contemple a totalidade do universo de cursos, a investigação do material coletado junto a 18 cursos de radialismo, consegue lançar luz sobre as questões levantadas pelo trabalho.

Analisando os PPCs em três eixos – formação, identidade e função social –, identificam-se duas principais tendências que corroboram a hipótese da pesquisadora. Os projetos se mostram tão diversos quanto as nomenclaturas e parecem acolher ou incorporar essa indefinição como marca de uma formação profissional que

apenas segue o mercado ou que não se encampa a disputa por definição em seus próprios termos.

Seja na análise dos currículos e das disciplinas que o compõem, dos perfis de egressos, das descrições e discussões sobre atuação profissional, os projetos se exibem da proposição e da construção de uma realidade profissional e do campo do radialismo. Como bem destaca a autora da pesquisa, em alguma medida, apenas servindo como documentos para avaliação institucional e seguindo as legislações em vigor – que, como o trabalho demonstra, não atuam na constituição clara de um perfil para o campo e para o profissional de radialismo.

Se a pesquisa e o livro findam com essa indefinição, que confirma a hipótese de um perfil heterogêneo e impreciso, também expõem, de maneira sólida, pontos que são chave para que essa discussão seja travada com vistas a sua resolução. Fruto de uma série de indefinições legais sobre a profissão e a formação, a identidade do radialista parece depender de uma definição do próprio campo, em termos práticos e epistemológicos.

A busca por conhecer a identidade profissional do radialista evidencia uma outra indefinição mais gritante: a do radialismo como um campo que reúna saberes e fazeres específicos que permitam a saída de uma posição de *outsider* no campo da comunicação. Emerge do trabalho de Norma a necessidade de se discutir uma teoria do radialismo a partir da qual se forje uma identidade profissional não dependente das práticas profissionais ou das questões mais gerais da comunicação.

*Radialismo no Brasil: Profissão, currículo e projeto pedagógico* nos instiga a pensar e, em consequência investigar e discutir, uma teoria do radialismo – que não seja uma teoria dos meios que a constituem. O livro nos confronta com a necessidade de constituição de um campo que não seja, como nas primeiras definições da profissão, uma reunião das questões que se aplicam ao rádio e à televisão – e também às mídias digitais –, mas que dê conta de um papel social e cultural que se aplique a esses e outros meios.